
PLANO GERAL DE VALORIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIZADOS 2020-2030
Atualização de junho de 2023

I. Introdução

De acordo com *Decreto-Lei* nº 20/2017, de 21 de fevereiro, que institui a Fundação Universidade Nova Lisboa, fundação pública com regime de direito privado, que detém a Universidade Nova de Lisboa (NOVA), a NOVA goza, entre outras, de autonomia patrimonial (Estatutos da Fundação Universidade Nova de Lisboa, *in* Anexo ao *Decreto-Lei* nº 20/2017, art.º 3º, nº 1).

A autonomia patrimonial da NOVA manifesta-se, *inter alia*, na possibilidade de adquirir a título oneroso e de vender património, em conformidade com o definido nos nº1-3 do art.º 8, “Transmissão Onerosa de Imóveis”, do *Decreto-Lei* nº 20/2017, o que é feito nos seguintes termos: “a Universidade Nova de Lisboa tem capacidade para transmitir imóveis a título oneroso, nos termos dos seus Estatutos (...)” (nº 1); sendo que “a decisão da transmissão onerosa apenas pode ser tomada quando exista um plano de investimento em ativos imobilizados necessários à atividade da Universidade Nova de Lisboa, devidamente aprovado pelos seus órgãos próprios” (nº2); e acresce que “o reinvestimento do valor de realização em outros elementos do ativo imobilizado constantes do plano de investimento tem de ser concluído até ao fim do terceiro exercício económico seguinte ao da realização da transmissão onerosa” (nº 3).

A autorização para a transmissão onerosa de imóveis compete ao Conselho de Curadores da Fundação NOVA, a quem cabe “propor ou autorizar, conforme disposto na lei, sob proposta do Reitor, aprovada pelo Conselho Geral, a aquisição ou alienação de património imobiliário da Universidade, bem como as operações de crédito” (Art.9º, alínea d, do *Decreto-Lei* nº 20/2017), a quem cabe também homologar a deliberação do Conselho Geral relativa “a aprovação das linhas gerais de orientação da instituição no plano financeiro e patrimonial”. Isto mesmo é corroborado pelos Estatutos da NOVA (publicados em DR, 2ª série — No. 26 — 6 de Fevereiro de 2020, sob a forma de Despacho Normativo nº 3/2020 do Gabinete do Ministro). Nesses Estatutos estipula-se que compete ao Conselho Geral, sob proposta do Reitor aprovar as linhas gerais de orientação da instituição no plano patrimonial (Art.º 11º, nº 2, alínea b).

O exposto leva à conclusão que o modo adequado de estabelecer as linhas gerais de orientação da instituição no plano patrimonial é sob a forma de um *Plano Geral de Valorização de Ativos Imobilizados (PGVAI)*, a apresentar para aprovação do Conselho Geral e para posterior homologação do Conselho de Curadores.

As duas principais razões que levam a NOVA a querer dispor estrategicamente do seu património, elaborando para isso um PGVAI, são:

- melhorar, substancialmente, as condições infraestruturais de exercício da sua atividade - ensino, investigação e criação de valor - que releva diretamente da sua Missão;
- financiar, ou financiar melhor, projetos estratégicos no âmbito dessa atividade.

O PGVAI da NOVA foi proposto aos órgãos competentes, para aprovação e homologação, em setembro de 2019, tendo sido revisto em outubro de 2020¹.

A experiência da sua implementação ao longo de três anos, eles próprios bastante conturbados no contexto europeu e global, conduziu, naturalmente, à necessidade da introdução de ajustamentos sem, contudo, comprometer a estratégia geral do PGVAI em vigor. São esses ajustamentos que se incluem no presente documento.

II. Enquadramento Estratégico

A estratégia da NOVA está alicerçada no desenvolvimento de uma universidade global e cívica. Estas duas ideais fundadoras do plano estratégico implicam, entre outras coisas, que a NOVA quer ser uma universidade do mundo e para o mundo, ou seja:

- Sem fronteiras externas entre si e as comunidades onde se insere e atua;
- Sem fronteiras internas entre as Unidades Orgânicas que a compõem, nem as suas diferentes áreas disciplinares.

Esta ambição concretiza-se num projeto a 10 anos, 2020-2030, coincidente com o Plano Estratégico em vigor. Esta NOVA *sem fronteiras* tem um duplo impacto, epistemológico e físico, na conceção e desenvolvimento dos seus *campi*.

Do ponto de vista epistemológico, considera-se a distribuição dos saberes da NOVA pelos seus *campi*, o que implica:

- a promoção, por *campus*, de grandes concentrações de recursos (humanos e infraestruturais) em áreas estratégicas do conhecimento que assegurem a existência de massas críticas que permitam a especialização por *campus* nas áreas respetivas;
- a assunção de agendas globais para o conhecimento, em particular alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Estas agendas, pela sua profundidade e complexidade, requerem abordagens interdisciplinares;
- a orientação do ensino, da investigação e da inovação para *missões* que decorram quer da especialização disciplinar, quer da interdisciplinaridade – a atividade da NOVA será, assim, baseada parcialmente em problemas e guiada por projetos que respondem a missões e desafios que se colocam à sociedade globalmente;
- reconhecer que essas missões/desafios serão desenvolvidas de uma forma aberta, em cooperação com outras universidades de referência, mas também através de agendas colaborativas com instituições não académicas do setor público e privado – municípios, empresas, entidades do setor cultural e social, ONG e outras.

* ¹ Versão aprovada no Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa a 1 de outubro de 2020, com as alterações sugeridas no Conselho de Curadores de 26 de outubro de 2020.

Em suma, deste ponto de vista busca-se uma especialização inteligente a par da promoção institucional de condições para o diálogo interdisciplinar. No primeiro caso, procurando que num dado *campus* ou numa zona próxima onde existam vários *campi* haja concentrações de recursos relevantes para um certo conjunto disciplinar. No segundo caso, definindo ‘canais de comunicação e de articulação académica’ entre os vários *campi* e reconhecendo e assumindo a área digital, *lato senso*, como ‘cimento interdisciplinar’ facilitador da comunicação entre os saberes, para além de ser, ela própria, uma área de conhecimento estratégica e em desenvolvimento acelerado.

Estas assunções epistemológicas, implicam, do ponto de visto físico, ter como princípio regulador que cada *campus* deve não só representar o ‘estado da arte’ em salas de aula, laboratórios e respetivos equipamentos, espaços de estudo, de convívio e residências para alunos e visitantes, como deve também ter um enquadramento urbanístico e social que o torne aberto às comunidades circundantes e que constitua uma plataforma para múltiplas iniciativas de instituições e organizações parceiras, onde a cocriação e a apresentação de resultados tenham lugar.

É claro que este modelo não pode, ou não pode sempre, ser produzido literalmente para muitos dos *campi* já existentes. As condições infraestruturais de partida (ver secção III) e as limitações financeiras reais, constroem, às vezes significativamente, a concretização do modelo. Mas, ele deve constituir uma inspiração sempre presente quer na modernização de infraestruturas e equipamentos existentes, na implementação de soluções social, ambiental e financeiramente sustentáveis, quer mesmo na criação de zonas claras de abertura para dentro (e.g. edifícios de convergência de saberes e de comunidades em cada *campi*) e para fora (edifícios ou zonas de mistura entre as comunidades da NOVA e a sociedade envolvente, ou mesmo longínqua). A NOVA assume, assim, um claro compromisso com o desenvolvimento social, económico, cultural e urbanístico dos municípios onde vive e atua.

III. Síntese da Situação Patrimonial

Por motivos históricos, a NOVA está distribuída por múltiplos *campi* na região da Grande Lisboa, implantados entre os concelhos de Lisboa (com localizações em Campolide, Junqueira, Campo de Santana, Av. de Berna e Lumiar), Almada, Carcavelos e Oeiras. Este património é vasto e valioso, mas apresenta quatro tipos de inadequações fundamentais:

- i. A existência de ativos cuja adequabilidade não é a melhor para as atividades de ensino neles levadas a cabo (como é o caso, por exemplo, das atuais instalações da FCSH e da NMS) e, em alguns casos, incapazes de proporcionar aos alunos, professores e investigadores experiências com o nível de excelência europeia que se deseja. Alguns *campi* possuem edifícios com necessidade de intervenções profundas, como é o caso da FCT; outros ainda, apesar de razoavelmente adequados, apresentam restrições de capacidade (casos da NSL, da IMS e da ENSP).

- ii. A localização das atividades académicas tem uma base histórica, mas sem coerência estratégica, o que dificulta a exploração de sinergias e a promoção da multidisciplinaridade (podendo, aqui, citar-se a pulverização de laboratórios na grande área das ciências da vida pelos *campi* de Santana, Junqueira, Almada e Oeiras);
- iii. A existência de ativos sem utilização académica previsível e cujo o uso pode ser otimizado em função da missão da NOVA (como, por exemplo os cerca de 30 hectares da NOVA num lote a norte no Monte da Caparica) (vide Anexo 1);
- iv. A maioria dos *campi* da NOVA não promove ativamente a abertura dos mesmos às comunidades e cidades onde estão implantados.

A situação legal destes ativos é muito variada e, nalguns casos, a sua resolução não é simples. Regularizar e formalizar a propriedade de todo o património é uma tarefa prioritária e em curso. Neste panorama destacam-se por terem a situação já regularizada a Av. de Berna, os Lotes Sul e Norte no Monte da Caparica, a residência do Lumiar e a Quinta de S. Gonçalo, em Carcavelos.

IV. Princípios de Gestão do Património

A gestão do património imobiliário da NOVA é norteada pelo princípio da maximização do seu contributo para a missão da Universidade. Genericamente esse contributo situa-se em dois planos: o académico e o financeiro. O académico respeita às condições do exercício do ensino, investigação e criação de valor. O financeiro respeita à geração de recursos que reforcem a autonomia da Universidade, que lhe permitam manter o edificado em boas condições de operação e reforcem a sua capacidade de desenvolvimento endógeno para cumprir a sua tripla missão.

Atentos a estes princípios genéricos, é útil distinguir entre ativos imóveis *core* (AIC) e ativos imóveis não *core* (AINC). Os AIC suportam atividades ou serviços considerados essenciais para o exercício da atividade da NOVA em conformidade com a Missão e o Plano Estratégico da Universidade. Tipicamente nos AIC estarão instaladas Unidades Orgânicas (UO) ou Residências Universitárias da NOVA. Os AINC não são considerados essenciais para o exercício da atividade da NOVA e, como tal, deverá ser-lhes dado outro uso estratégico.

P1. Política geral relativamente aos AIC. (1) São para conservar e melhorar de modo a adequá-los maximamente aos fins a que se destinam, de acordo com o enquadramento estratégico acima descrito (secção II), com o uso concreto que lhe está atribuído, o grau elevado de excelência que a NOVA ambiciona e o seu Plano Estratégico. (2) Apenas serão vendidos ou cedidos direitos de superfície sobre os mesmos quando essa operação possibilitar uma melhoria clara de condições para o exercício da atividade que era realizada no ativo a vender ou a ceder. (3) Deste modo, cada AIC será objeto de um Plano de Melhoramento, se se considerar que ele carece desse Plano; ou será otimizado de acordo com P2, em baixo, se se considerar que cai sobre o descrito em (2).

P2. Política geral relativamente aos AINC. (1) otimizar em prol da atividade da Universidade, no âmbito da sua tripla missão. Deste modo, os AINC ou (2) irão gerar uma renda para a NOVA, ou serão vendidos/cedidos em direito de superfície, revertendo o resultado dessa venda/cedência para (a) construir novos AIC onde se justificar, ou (b) realizar ações de melhoramento nos AIC. Respeita-se assim a Cláusula 8 do DL nº20/2017 que cria a Fundação Universidade Nova de Lisboa. (3) Será definido caso a caso qual das situações será aplicada, de acordo com as necessidades relativas aos AIC e com o Plano Financeiro que suporte o atendimento dessas necessidades.

P3. Política geral relativamente à construção de AIC. Um novo AIC deverá ser construído sempre que, à luz do Plano Estratégico da NOVA: (1) essa sua construção melhore significativamente as condições de exercício de uma atividade *core* já desenvolvida pela(s) UO(s); ou (2) promova a partilha de recursos ou atividades entre várias UOs; ou ainda (3) a sua construção crie instalações necessárias à melhoria das condições de vida dos estudantes da NOVA, como por exemplo residências universitárias ou cantinas; (4) A decisão quanto à construção depende, sempre, de um Plano Financeiro a aprovar pelos órgãos de governo da NOVA.

P4. Política geral relativamente a conservação e melhoramento de AIC. (1) Trienalmente será feito pela Reitoria, em coordenação com as UOs, um levantamento de necessidades de conservação e melhoramentos que envolvam *uma intervenção profunda* no *campus* a melhorar. (2) O melhoramento, por intervenção profunda, de outros edifícios que não sejam da NOVA, mas lhe venham a ser cedidos para o exercício da sua atividade *core*, pode ser considerado em função do papel que esses edifícios venham a ter para a realização do Plano Estratégico da Universidade. (3) A decisão quanto a uma intervenção profunda depende de um Plano Financeiro que viabilize cada uma dessas intervenções.

O quadro seguinte lista e agrega os imóveis de acordo com estes princípios.

TIPOLOGIA	IDENTIFICAÇÃO DO ATIVO	ÁREA (m ²)	TIPOLOGIA A MANTER?
NÃO CORE	Monte da Caparica		
	- Lote Norte (excluindo Residência)	251.955	Sim
	- Quinta Bolhão Pato	2.200	Sim
	- Parcela sobranete Lote 10 (FCT)	2.000	Sim
	- Parcela sobranete Lote 13 (FCT)	1.100	Sim
	Edifício Escolar Hospital Pulido Valente	2.862	Sim
CORE	Edifício Escolar Hospital S. Francisco Xavier	2.687	Sim
	Campus de Campolide	59.412	Sim
	Campus da Av. de Berna	10.862	Não
	Campus de Santana/Sede da NMS	9.135	Sim
	Campus de Santana/Pólo de Investigação	4.386	Não
	Parcela da ENSP	14.693	Sim
	Área afeta à sede do IHMT	10.489	Sim
	Monte da Caparica/Lote Sul	386.487	
	- Área afeta ao campus da FCT	149.660	Sim
	- Área de crescimento do campus da FCT	30.000	Sim
	- Área de desenvolvimento	206.827	Não
	Campus de Oeiras/ITQB	18.875	Sim
	Campus de Carcavelos/SBE	78.347	Sim
	Novo Campus da NSL - Quinta de São Gonçalo, Carcavelos	24.757	Parcialmente
	Em transição para a NOVA:		
- Parcela Hospital Ortopédico José de Almeida, Carcavelos	18.000	Sim	

V. Programa Geral de Investimentos 2023-2030

O Programa Geral de Investimentos (PGI) representa um compromisso entre a orientação estratégica, as necessidades mais urgentes e o presente contexto económico e financeiro da NOVA. Deste modo ele responde a questões importantes e prementes, algumas de mais curto/médio prazo (num horizonte 2023-2026), sem sacrificar uma visão de longo prazo. A presente revisão atualiza também o programa de investimentos de mais curto prazo em função dos desenvolvimentos entretanto ocorridos. Sendo um programa geral, ele limita-se a indicar os montantes estimados do financiamento envolvido, bem como, nalguns casos, dos apoios já conseguidos, ou previstos, para suportar esse investimento. Deste modo o PGI não dispensa, mas requer, um Plano Financeiro Detalhado, que será apresentado a propósito de cada *campus*, em separado e em momento oportuno. Com efeito, a experiência dos últimos três anos mostrou sobejamente que o PGVAI deve ser desacoplado do Plano Financeiro Detalhado associado a cada investimento; o primeiro, definindo uma estratégia geral, firme, de curto (2 ou 3 anos), mas, sobretudo, de médio (5 a 7 anos) e longo prazos (mais de 7 anos); o segundo, pensado para viabilizar essa estratégia, virado mais para o curto prazo e bastante flexível.

1. Requalificação e desenvolvimento do campus da FCT. A FCT dispõe do maior *campus* da NOVA, com 30 hectares e 25 edifícios. É um extraordinário espaço para a vida académica em todos os seus aspetos, está dotado de vários laboratórios e, principalmente, conta com uma comunidade de cerca de 11 mil pessoas, altamente motivadas e qualificadas nas áreas fundamentais e também nas áreas de ponta das engenharias, da ciência e da tecnologia. Contudo, o desenho do *campus* é antigo e não favorece da melhor maneira a pretendida abertura à comunidade, vários edifícios existentes precisam de obras de conservação, adaptação e modernização, e falta pelo menos um edifício âncora que albergue os grandes projetos e iniciativas interdisciplinares, envolvendo também a colaboração com parceiros externos.

Os objetivos dos investimentos previstos são de três ordens: a recuperação e remodelação de vários edifícios e reorganização dos espaços, de modo a proporcionar o ensino e a investigação da engenharia e da ciência e tecnologia do futuro; a melhoria da qualidade de vida no *campus*; e a criação de condições para atrair empresas, em diferentes graus de maturidade, para o *campus*.

A Direção da FCT produziu um extenso e detalhado documento onde todos estes aspetos estão contemplados. Os planos no horizonte 2023-2027 para o *campus* da FCT (sito no chamado Lote Sul dos terrenos da NOVA, no Monte da Caparica, cf. secção IV), estão completamente alinhados com esse documento de referência e as prioridades escolhidas são aquelas que a própria Direção da FCT favorece, e envolvem:

- i. Definição de um plano geral para o *campus*, que determine a organização e os usos dos grandes espaços;
- ii. Intervenção de urgência em alguns edifícios mais deteriorados, com um investimento estimado em 9,0 M€;
- iii. Construção de (pelo menos) a 1ª fase do “*Edifício Interdisciplinar da Sustentabilidade*”

que albergará na sua maior parte laboratórios de topo de gama, constituindo-se como uma plataforma de acolhimento de projetos interdisciplinares e de prestação de serviços aos departamentos, unidades de investigação e empresas, com um investimento estimado em 12,0 M€.

- iv. Reabilitação da Residência, que já tem financiamento aprovado do PRR, no montante de 2,3 M€.
- v. Instalação de uma zona de serviços e comércio que melhore a oferta junto da comunidade da FCT e da comunidade envolvente. Trata-se do chamado “projeto membrana”, que será realizado e explorado por privados e que poderá gerar uma receita para investimentos na FCT de cerca de 3,0 M€).
- vi. Instalação de empresas de base tecnológica na zona sul do *campus*.

Deste modo, a requalificação, desenvolvimento e modernização do *campus* da FCT, que é uma das grandes prioridades da NOVA, torna-se também uma pedra angular do conceito de *Innovation District* que se pretende desenvolver (cf., infra, 2).

2. InNOVation District - Almada. A NOVA, a Câmara Municipal de Almada e um conjunto de promotores privados, com o apoio da CBRE, elaboraram um projeto de qualificação do território e desenvolvimento urbanístico integrado numa área de 130 hectares, que inclui o *campus* da FCT, o Lote Norte da NOVA e outros terrenos circundantes, com diversas valências: parque de inovação e ciência, parque empresarial, zona residencial, equipamentos hoteleiros, sociais e culturais, tudo integrado numa malha urbanizada e tendo como ‘coração’ a própria FCT e a sua atividade. No próximo ano, antecipam-se as seguintes etapas deste desenvolvimento: a apresentação do projeto aos principais decisores governamentais; conclusão da revisão, já em curso, de PDM de Almada; elaboração de um plano urbanístico para o Lote Norte da NOVA e definição da melhor opção de uso do Lote Norte.

3. Instalação da FCSH e Desenvolvimento do Campus de Campolide. É sabido que as instalações da FCSH na Av. de Berna são muito deficientes e desajustadas à atividade desta UO no âmbito da sua missão. Com a instalação da FCSH no *campus* de Campolide, com as novas construções e a plena modernização e adaptação das já existentes, pretende-se criar *uma nova infraestrutura* que irá mudar a forma como, em Portugal, se ensinam, investigam e partilham as Humanidades e as Ciências Sociais. Esta instalação está condicionada por três fatores:

- i. Concretização dos projetos de saída de Campolide da IMS e NSL, para novas instalações em Oeiras / Carcavelos (ver abaixo);
- ii. Alienação das instalações da Av. de Berna ;
- iii. Aprovação por parte da Câmara Municipal de Lisboa dos projetos de construção de novos edifícios no *campus*.

Os novos *edifícios a construir* serão pedagógica e tecnologicamente inovadores, com espaços ensino e de investigação muito diferenciados e, também, com espaços de cocriação intelectual, cultural e artística, e com espaços de fruição artística, cultural e de debate intelectual. O Investimento estimado para a construção destes novos edifícios ascende a 38,0 M€, que serão financiados com a receita proveniente da alienação do edifício da Av. de Berna, estimada em 42,0 M€.

A transferência da FCSH para o *Campus* de Campolide obriga ainda a obras de *melhoramento nos edifícios* agora da IMS e NSL e do Colégio Almada Negreiros (CAN), no sentido de os adaptar às necessidades da FCSH e de os modernizar. As obras do CAN têm já um financiamento do PRR aprovado no montante de 5,1M€; para os restantes irá ser usada parte da diferença que venha a existir entre a venda do lote da Av. de Berna e o custo das novas construções em Campolide.

4. Mudança da IMS para Algés, Concelho de Oeiras. É sabido que os dados, a ciência dos dados e a gestão da informação, a partir de grandes massas de dados e usando inteligência artificial, têm tido um crescimento exponencial a nível global. Por esta razão e, certamente, também pela elevada qualidade da sua atividade nas áreas de missão, a IMS triplicou nos últimos 5 anos o seu número de alunos, duplicou o número de professores e investigadores, aumentou uma vez e meia o número de colaboradores técnicos e viu crescer em larga escala os seus projetos colaborativos com instituições públicas e privadas. Deste modo, mais que um incremento ou um melhoramento da sua infraestrutura, torna-se necessária uma nova infraestrutura, muito maior, muito melhor desenhada para as necessidades presentes e futuras da IMS, e estrategicamente colocada num sítio atrativo, mas central. É neste contexto que se enquadra a mudança da IMS para Algés, num edifício novo, que satisfaz todos os requisitos descritos, a construir de uma só vez ou por fases, ao lado do atual IPMA, com um custo total final estimado em (cerca de) 60,0 M€. O investimento terá o apoio do Município de Oeiras, que contribuirá com parte do financiamento para as obras. O remanescente do financiamento necessário será garantido com recurso aos saldos existentes na IMS, a *fundraising* e a rotação de ativos.

5. Instalação da Nova School of Law em Carcavelos. Inovadora desde a sua criação, a NSL, tem aumentado, nos últimos 5 anos, o perfil internacional (expresso, por exemplo, na atração de académicos e estudantes estrangeiros e na assunção de várias áreas do direito internacional, em particular, europeu), o aprofundamento das relações entre o direito e o digital, a colaboração com a comunidade e com as empresas, bem como o número de alunos e de professores. Tudo isto gerou uma dinâmica de crescimento e transformação que se tem vindo a intensificar. O edifício em que a NSL exerce atualmente a sua atividade é manifestamente insuficiente para acolher, já hoje, este processo de crescimento e, por maioria de razão, o seu crescimento futuro. Com o apoio decisivo da Câmara Municipal de Cascais, está prevista a construção de um novo edifício nos terrenos da Quinta de São Gonçalo, em Carcavelos, que satisfaz plenamente esta dinâmica de transformação e crescimento, visto que será construído de raiz e terá mais do triplo de espaço útil do que o edifício atual. Ele representa um investimento total estimado em 21,0 M€, que será construído por fases ou de uma só vez, dependendo do cenário financeiro definitivo, ainda em estudo. Será financiado por saldos, por rotação de ativos e por cedência a terceiros de algum do direito de superfície nos próprios terrenos da Quinta de São Gonçalo.

6. Instalação da NOVA Medical School em Carcavelos e desenvolvimento de um Campus de Saúde. Como é sabido, a atividade de missão da NMS está distribuída por vários locais e edifícios, muitos dos quais claramente desajustados ao fim a que se destinam, mesmo assim com enormes despesas de conservação (>1,0 M€ /ano), com fraca otimização de espaços e recursos e várias redundâncias indesejáveis. Em traços gerais, atualmente, a distribuição é a seguinte

- i. *Edifício sede, Campo Mártires da Pátria* – Ensino não clínico conferente de grau; formação avançada; investigação; serviços à comunidade;
- ii. *Edifícios Amarelo, Bordeaux e Cinzento, Campus Sant’Ana* – Ensino não clínico conferente de grau; formação avançada; investigação; biblioteca; serviços à comunidade;
- iii. *Edifício Escolar Hospital São Francisco Xavier* – Ensino clínico conferente de grau e formação avançada;
- iv. *Edifício Escolar Hospital Pulido Valente* – Não ocupado, em processo judicial;
- v. *Vários Hospitais e ACES afiliados* - Ensino clínico conferente de grau; investigação e serviços à comunidade

A NMS tem estado a rever o curriculum e os métodos de ensino do seu Mestrado Integrado em Medicina (MIM), com vista a adaptá-lo às exigências atuais do exercício da profissão médica, proporcionando o trabalho em equipas multidisciplinares, promovendo a proficiência do recurso à tecnologia, entre vários outros aspetos. Concomitantemente, a NMS pretende: aproximar mais a sua atividade de inovação da cocriação com instituições públicas e privadas, de soluções para problemas reais na área da saúde; diversificar e aprofundar a sua oferta pós-graduada e intensificar significativamente a sua prestação de serviços à comunidade. A NMS, tem também, estado a reorganizar a sua investigação, nomeadamente, mas não exclusivamente, tirando partido do sucesso do projeto NIMSB no concurso europeu ao programa *Teaming for Excellence* (ver, abaixo, 7). Neste contexto, a atual direção da NMS propôs à NOVA uma reformulação da estratégia de desenvolvimento institucional a curto, médio e longo prazos, a saber:

- a. Assunção do *Campus* de Saúde em Carcavelos como *campus* associado à Formação Avançada, à Inovação, aos Serviços à Comunidade e à componente mais inovadora do Ensino Conferente de Grau;
- b. Assunção do Edifício Escolar do novo Hospital de Lisboa Oriental como associado ao Ensino Clínico;
- c. Assunção do Campos de Ciências da Vida em Oeiras (ver, abaixo, 7) como associado à componente de Investigação, sobretudo aquela que é mais intensiva laboratorialmente;
- d. Distribuição das restantes componentes da investigação pelo *Campus* de Saúde de Carcavelos (sobretudo se associada à inovação) e pelo Edifício Escolar do novo Hospital de Lisboa Oriental (sobretudo se associada à clínica);
- e. Manutenção de parte do ensino clínico, nos hospitais com os quais a NMS já tem protocolo, para além da sua maior concentração no novo Hospital de Lisboa Oriental.

Esta estratégia envolve, por parte da NOVA, os seguintes investimentos

1. Construção de um novo edifício, que terá uma área de cerca de 16.000 m², a ser edificado em Carcavelos nos terrenos do antigo Hospital Ortopédico José de Almeida (HOJA), e estimado 47,0 M€;
2. Aquisição do edifício da AHED, após a sua construção, situado nos terrenos do antigo Hospital Ortopédico José de Almeida (HOJA), pelo valor máximo de 13,5 M€;
3. Construção do edifício do NIMSB em Oeiras (ver, abaixo, 7), e estimado em cerca de 20,0 M€.

Os investimentos 1 e 2 destinam-se a dar corpo à componente a. e a parte da d. da estratégia referida. A componente c., está materializada no investimento 3. Estes investimentos terão tempos de concretização e modos de financiamento muito diferentes. O investimento 2 destina-se a ocorrer no curto prazo, entre setembro e dezembro de 2023; este será financiado, no essencial, com o *fundraising* já feito no âmbito do *Campus* de Saúde em Carcavelos e com algum apoio suplementar da Câmara Municipal de Cascais (para reabilitação do Forte, a funcionar para serviços à comunidade, Biblioteca, arranjo dos espaços verdes e estacionamento à superfície). O investimento 3 será para fazer de imediato, visto que tem financiamento garantido por fundos europeus e nacionais. Já o investimento 1, será de médio ou mesmo de longo prazo, precisa de mais financiamento, envolve *fundraising*, rotação de ativos não *core* (AINC) da NOVA (ver, acima, edifícios ii e iv) e, eventualmente, outros financiamentos. O Edifício Escolar do novo Hospital de Lisboa Oriental (componente b. da estratégia) não representa um investimento para a NOVA, visto que está incluído na construção do respetivo hospital e será financiado, pelo Governo, com fundos do PRR para a saúde.

Neste plano de desenvolvimento da NMS, existem ainda dois aspetos a destacar: i) a escolha de uma utilização alternativa para o atual edifício-sede, espaço icónico do ensino da Medicina em Portugal, para o qual migrará a Reitoria e que poderá ainda albergar um museu sobre o ensino da medicina em Portugal; ii) a libertação dos edifícios do pólo de investigação NMS Research que permitirá o uso destas infraestruturas para outros fins. Os meios financeiros libertos serão alocados à NMS para apoiar o investimento proposto.

7.0 Campus de Ciências da Vida em Oeiras. Em Oeiras, no *campus* do ITQB, já existem diversas e muito importantes valências na área de Ciências da Vida (CdV), seja no que respeita ao ensino pós-graduado, seja no que respeita à investigação fundamental, seja no que respeita à investigação translacional, neste último caso destaca-se ainda o importante papel do IBET, que vai inaugurar em breve o seu segundo edifício (partilha o primeiro com o ITQB).

Recentemente, uma candidatura feita por um investigador da NMS, obteve um financiamento europeu (*Teaming for Excellence*) de 30,0M€ (15,0 M€ da Comissão Europeia adicionados de 15,0 M€ de financiamento nacional). Trata-se de um projeto estruturante, que envolve construção e aquisição de grandes equipamentos. Com efeito, uma parte deste financiamento, conjuntamente com outro financiamento público e municipal em negociação será para construir e equipar um edifício estimado em cerca de 20,0 M€, onde a atividade do *Teaming* será desenvolvida. Esse edifício pelo espaço que ocupa, pelo ecossistema que ajuda a criar e dado o apoio disponibilizado pela Câmara Municipal de Oeiras, será construído no *campus* de Oeiras.

O projecto Teaming materializar-se-á numa plataforma interdisciplinar, chamada “*NOVA Institute for Medical Systems Biology*” (NIMSB), cujo edifício será construído nos próximos 2 anos. O NIMSB tem como objetivo a investigação fundamental e translacional com foco em missões que são impulsionadas por necessidades médicas não atendidas e podem ter um impacto claro na sociedade; usa como modelo o *Berlin Institute for Medical Systems Biology*; está fortemente ligado às iniciativas da EU Networks (LifeTime) e Cell Hospitals; e irá estudar os mecanismos moleculares e os estados de doença, sobretudo, na segmentação cardiometabólica, neurodegenerativa e cancerígena. O NIMSB acolherá 20 grupos de investigação, num total de cerca de 250 investigadores e técnicos, e trabalhará em estreita colaboração como as Faculdades e Institutos da NOVA, com hospitais, com o setor farmacêutico e biotecnológico.

Acresce que vários outros parceiros, académicos e não académicos, têm manifestado a firme vontade de se virem também a juntar a este ecossistema, dando assim origem a um verdadeiro *Hub* de CdV. Este *Hub* partilhará uma visão e uma estratégia, mantendo a diversidade da investigação, da formação e da inovação, e a identidade de cada entidade. Terá massa crítica e interdisciplinaridade suficientes para abordar problemas complexos; contratará de forma coordenada e estratégica investigadores de grande talento (nacionais e internacionais); articular-se-á para a compra e uso de grandes equipamentos e na gestão do pessoal; fará candidaturas conjuntas a grandes projetos financiados, tirando proveito dos vários grupos que pertencerão a cada uma das entidades e das suas múltiplas redes e prestará de forma articulada serviços à comunidade, ao setor público e às empresas.

8.O Desenvolvimento da ENSP. Nos últimos 3 anos esta UO veio a receber um forte estímulo exógeno – nomeadamente, com a pandemia de COVID-19 – e, em resposta a este estímulo, mas também e em grande parte por moto próprio, iniciou um muito interessante processo de crescimento e transformação, seja acreditando-se internacionalmente, seja propondo a criação de uma licenciatura em saúde pública, seja impulsionando internacionalmente a sua investigação e a contratação de docentes e investigadores, seja ainda criando um projeto âncora, ou de várias outras maneiras. Este importante desenvolvimento institucional deverá ser acompanhado de: i) uma remodelação parcial, mas profunda, do edifício no qual exerce a sua atividade; e de ii) a construção de uma extensão desse edifício, de forma a acolher a parte mais inovadora da sua transformação e o projeto âncora. O investimento total estimado é de 7,5 M€.

9.Construção de Residência de Estudantes nas Portas de Benfica: Residência de 257 camas em parceria com o ISCTE-IUL e o IPL em terreno a ceder pela Câmara Municipal da Amadora (85 destas camas serão destinadas a alunos da NOVA.). O investimento total está estimado em 11,7 M€, sendo que o PRR financiará 8,4 M€ a fundo perdido, sendo o remanescente (3,4 M€) repartido igualmente pelas 3 instituições, cabendo por isso à NOVA o montante aproximado de 1 M€. Espera-se, contudo, que o valor do financiamento do PRR seja majorado e possa vir a cobrir a totalidade do investimento.

10. Outras UOs. As três UOs que, nesta data, não apresentam um plano de investimentos que, pela sua dimensão e esforço financeiro que acarreta, necessite de ser integrado no PGVAI são o ITQB, o IHMT e a SBE.

No caso do edifício do ITQB NOVA as intervenções mais urgentes, representam um investimento global de 2,1 M€. Verifica-se que este edifício tem sofrido uma degradação progressiva ao longo dos anos, sendo urgente efetuar um conjunto de intervenções profundas que assegurem condições básicas de segurança para toda a comunidade ITQB e garantam a funcionalidade das infraestruturas.

No que se refere ao IHMT o edifício cumpre as necessidades atuais de espaço e de adequação à missão, tendo até inaugurado há cerca de dois anos, mais uma importante e ampla infraestrutura laboratorial financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Por fim, a NOVA SBE, por estar a desenvolver a sua atividade nas mais modernas instalações da NOVA, com menos de 5 anos, expressamente desenhadas e construídas em função do projeto de crescimento da SBE.

Como é óbvio estas UOs poderão vir a ter novas necessidades de crescimento e investimento, as quais serão integradas numa futura atualização do PGVAI.

11. Outros desenvolvimentos a Residência Fraústo da Silva Um outro desenvolvimento antecipável e que deverá ser já expressamente mencionado, para que conste deste PGVAI, é a construção de segunda fase da Residência Fraústo da Silva, no Monte da Caparica. Serão mais 240 camas para servir os estudantes deslocados, com preferência para os bolseiros. No essencial, o projeto de execução está pronto e a NOVA está a estudar os mecanismos necessários ao financiamento da obra.

VI. Prestação de contas aos órgãos de governo da NOVA

Anualmente será elaborado um relatório que presta contas detalhadas aos órgãos sobre a execução do presente PGVAI e eventuais necessidades de atualização.

João Sàágua, Reitor